

# A sinuca do ensino

## Um quadro quase negro para todos

Os pais dos alunos — aqueles que pagam os estudos — fazem outro tipo de avaliação e reprovam o Centro Estadual de Educação no vestibular para a faculdade de matemática da greve. Não gostaram da solução encontrada pelo CEE que repassa cerca de 50 por cento do aumento salarial dos professores para as mensalidades e voltam a questionar as escolas públicas. A questão primordial continua sendo a velha pergunta: onde é que as escolas públicas e particulares se diferenciam realmente? Será que apenas a origem dos recursos — os das primeiras vêm dos cofres do governo e os das segundas, dos bolsos dos pais dos alunos — serve como divisor de águas entre essas duas instituições de ensino que, entretanto, na hora da greve, clamam pelas mesmas reivindicações? Papel e lápis à mão, vamos conferir os pontos.

— O problema do ensino é gravíssimo no Brasil inteiro. Colaboram para agravar a perda da qualidade: a proliferação de faculdades particulares, a carência de recursos e o adestramento para o vestibular a que foram reduzidas as escolas de segundo grau. Nesse panorama, no ensino de terceiro grau, as universidades públicas são melhores que as particulares porque estas (particulares) investem muito pouco no complexo sistema educacional: professores mais caros, laboratórios, pesquisas, bibliotecas, etc.

Esta é a opinião do vice-Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ, professor Ivo Barbieri, cujo currículo inclui 20 anos de UERJ e experiências em escolas particulares. Para ele, a escola pública acena para a os estudantes como primeira opção porque oferece um ensino melhor e não em consequências dos dissabores de greves ou fator econômico.

— Existe um círculo vicioso de de-



Padre Laércio Dias de Moura, Reitor da PUC, está contra a greve dos professores e funcionários. O vice-Reitor da UERJ, Ivo Barbieri, lembra os altos investimentos

**“É lamentável a forma como a greve está sendo utilizada”**

Pe. Laércio Moura

terioração e aviltamento da qualidade do ensino das escolas privadas que não acontece nas públicas porque essas investem na qualificação profissional dos educadores e a outras não, assinalou ele.

Uma mesma questão pode, entretanto, ter leituras diferentes. O Reitor da PUC, primeira universidade particular criada no Brasil, Padre Laércio Dias de Moura, defende a posição de que os dois tipos de universidades se equivalem. E, não deixa de registrar sua desaprovção pela greve dos professores que transformam a paisagem que ele avista da janela de sua sala. O campus da PUC, que deveria estar fervilhando de alunos nesses dias, encontra-se na mais absoluta solidão.

— Lamento que os professores e funcionários usem a greve como recursos para obter suas finalidades. A solução não depende de nós, mas o ônus acaba repartido entre todos, que precisam sacrificar-se, depois, para recuperar o tempo perdido e re-

tomar o ponto interrompido.

Em acordo com o vice-Reitor da UERJ, Padre Laércio também concorda que o ensino passa por uma fase de estrangulamento como um todo. Ai, incluem-se as universidades pagas ou não que, segundo ele, possuem o mesmo perfil de professores e alunado. Com uma ressalva, porém, para a estrutura da universidade pública, que “talvez”, segundo ele, “tenha mais setores de pesquisa do que as particulares”. Este não é, entretanto, um referencial forte na hora da escolha da universidade, embora as particulares tenham uma peculiaridade quando entra em cena o aumento das mensalidades: enfrentar a ira dos alunos e pais.

— Na hora de encarar as dificuldades de manutenção das universidades a situação é a mesma: as universidades públicas lutam com a pouca verba de custeio e as particulares, com a defasagem entre o que se recebe e o que se paga — conclui Padre Laércio.

No segundo grau a situação é outra. O discurso não se dá ao nível de dificuldades e sim sobre “baderna”, como colocou o professor e membro

da diretoria do Colégio Andrews, Edgar Flexa Ribeiro, cuja família foi a fundadora deste tradicional colégio de segundo grau em 1918.

— A lei 5.692, de 1971, que reformou o ensino de segundo grau a partir da ficção da universalização do ensino profissionalizante, desorganizou tudo. O curso secundário de modo geral está inteiramente descaracterizado, sem objetivos definidos. O curso secundário, hoje, se esgota na tarefa de conduzir alunos ao curso superior. A qualidade é baixa em todo o sistema secundário, mas acho uma temeridade comparar a escola pública com a privada e dizer o que é bom e o que é ruim. Sei que a escola particular é mais sensível porque recebe muita pressão dos pais. As escolas públicas estão atreladas à estrutura do Estado, que é distante do cidadão e que reage lentamente às demandas da comunidade. A incompetência oficial na gestão dos recursos públicos destinados à educação é que promove isso: pobres para as escolas públicas e ricos para as particulares.

Essa síntese feita por Flexa Ribe-

**“O problema do ensino é muito grave em todo o Brasil”**

Ivo Barbieri

ro amarra seu raciocínio de que enquanto a divisão do alunado entre as escolas públicas e particulares for feita pelas questões econômicas, a qualidade desses alunos será algo absolutamente lotérico, embora essa divisão antecipe uma espécie de lei da compensação, conforme explica Flexa Ribeiro:

— A escola particular mobiliza a seu favor aquilo que a sua clientela já traz de casa como boas condições familiares, estímulo ao estudo, infraestrutura, ajuda dos pais, etc. As escolas públicas têm excelente material humano. São alunos que possuem uma imensa vontade de vencer, melhorar de vida, alcançar mais um patamar na escala social. Isso é mais importante do que formidáveis laboratórios e grandes recursos materiais. De 100 alunos que entram na primeira série de uma escola oficial, cerca de 15 é que chegam a primeira série do segundo grau. Eles sabem disso e lutam para

Escolas em greve, salas de aulas vazias, pátios silenciosos — um cenário que indica o óbvio recesso das aulas e o ilusório recesso das polêmicas em torno do ensino. Nos bastidores, o quadro não é negro, mas passa perto: os personagens ausentes do cenário adotam como dever de casa a reflexão em torno do ensino. Professores, reitores e alunos avaliam e dão nota zero para o sistema educacional, um repetente crônico.

não perder essa posição privilegiada.

Em questões pertinentes à estrutura desses estabelecimentos de ensino, não se pode desprezar o fato de que nas escolas particulares a carga horária é muito maior, assim como o nível de exigência, além de mais conforto nas salas de aula. Nas escolas públicas, o rendimento não acompanha o nível exigido pelos professores muitas vezes por questões ligadas à própria circunstância de carência absoluta vivida pela maioria dos alunos. Uma circunstância que compromete, inclusive, a postura do professor, como informa Humberto Gomes, ex-delegado regional de ensino de Ubá, Minas Gerais e professor de colégios particulares do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e que está, atualmente, desenvolvendo seu trabalho em um colégio público da periferia de Belo Horizonte.

A padronização do ensino público e a liberdade de metodologia das escolas particulares são apontadas por Humberto como a principal diferença entre as duas escolas. As outras, segundo ele, são referentes a questões práticas. O aluno da escola pública, por exemplo, é muito carente e necessita de assistência médica, de alimentação, etc. Enquanto isso, a escola particular está preocupada apenas em preparar seu aluno, em garantir-lhe de informações e conhecimentos que lhe serão úteis tanto no vestibular ou no mercado de trabalho.

— Em termos, porém, de potencialidade — disse o professor Gomes — não vejo diferença. Tanto que o resultado nos vestibulares não dá grandes vantagens pecuniárias (não estou me referindo aos primeiros lugares e sim aos que conseguem um lugar nas faculdades) para um ou outro. Há quase que uma equivalência.

Mas, na prática, no dia-a-dia dos estudantes e familiares, a abordagem sobre essas questões é outra. Os alunos queixam-se da má qualidade do ensino e acham as greves justas. Os pais são, a princípio, solidários com as reivindicações, desde que isso não reverta em aumento dos custos com os filhos. E, de modo geral, todos lamentam que o ano letivo nunca é cumprido da maneira prevista pelo calendário.